

ATA Nº21

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e dezassete.** -----

-----Ao vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e pelo senhor Victor Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27/04/2017;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 20 DE ABRIL DE 20 DE JUNHO DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2017;** -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE VAGOS – PIMVAGOS – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO QUATRO: CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) DOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – CPI_001/2017 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL;** -----

----- **PONTO CINCO: PDM – ALTERAÇÃO – REGIME DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO).** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Manangão, Maria da Graça Gadelho, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Grave, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Jorge Pereira, e Elisa Eusébio Novo, em substituição de Ana Paula Mourão Branco, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar, Pedro Mantas e António Tavares, em substituição de Carla Gouveia, que tomou posse, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Cláudio Curto, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Fernando José Silva Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Ana Paula Mourão, Carla Gouveia e Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Dulcínia Sereno, senhora Maria do Céu Marques e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27 de abril de 2017.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezassete. Os senhores Deputados António Bastião e Óscar Gaspar fizeram algumas correções ortográficas à ata. O senhor Deputado Óscar Gaspar referiu, ainda, que tinha ficado com a ideia que, embora não fosse obrigatório por lei, a Câmara Municipal iria continuar a prestar à Assembleia Municipal informação relativa ao PAEL, ainda que de um modo informal, mas na ata isso não ficou escrito, ou seja, não está muito bem definido. Entretanto, o senhor Presidente da Câmara acordou com os senhores Deputados que essas informações iriam surgir na informação financeira da prestação de contas, portanto, uma vez por ano. O senhor Deputado Mário Castelhana solicitou que ficasse em ata a última frase com que havia terminado a sua intervenção relativa ao ponto quatro, ficando “*sendo certo que a partir de outubro próximo surgirão novas estruturas orgânicas face ao caminho alternativo a seguir*”. Não havendo mais intervenções a ata foi **aprovada por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e sete de abril e vinte e nove de junho de dois mil e dezassete. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar.

Entretanto, fez referência a dois pedidos efetuados pelos senhores Deputados Mário Castelhana e Óscar Gaspar. O senhor Deputado Mário Castelhana havia solicitado o registo áudio da sessão ordinária do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezassete ao que o senhor Presidente respondeu, e que de futuro vinculará esta Assembleia Municipal, o seguinte: *“Infelizmente, após tomar conhecimento do alto parecer da CNPD, a Lei não permite ceder ou usar gravações senão as determinadas por instâncias judiciais, com exceção da sua utilização para efeitos de elaboração de ata, promovendo-se a sua destruição após a aprovação da mesma em Assembleia. Assim sendo, não podendo ceder-lhe a gravação ou cópia da mesma, enquanto ela não for destruída, poderá ouvi-la nas instalações da Câmara Municipal durante os respetivo horário de funcionamento ou suscitar a questão que lhe suscita dúvidas determinando eu nova audição da parte/passo em questão da gravação pelo funcionário afeto à elaboração das atas para efeitos de esclarecimento e/ou correção. Em tempos idos, antes de tomar conhecimento daquele douto parecer da CNPD, ao seu colega de bancada António Bastião autorizei a cedência parcial de cópia de gravação, hoje apenas posso ceder-lhe uma parte específica das suas declarações, devendo formal, fundada e justificadamente requerê-las e identificá-las, sendo certo que só encontro fundado motivo no seu uso para fins judiciais, exercício de direito de resposta ou defesa da honra em meio radiofónico, o que não parece ser o caso, penso eu.”* Esta foi a interpretação que o senhor Presidente da Mesa fez do parecer da CNPD. Em relação ao solicitado pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, que questionou se já havia um parecer da CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados relativo à transmissão das sessões da Assembleia Municipal em vídeo e numa plataforma *online*, o senhor Presidente respondeu que solicitou ao senhor Presidente da Câmara o seguinte: *“Interpretando os termos da deliberação da AM de fevereiro de 2017 como recomendação à Câmara Municipal, solicito a V. Ex^a. se digne ordenar aos serviços que superintende, àqueles que achar por bem, que informem sobre o assunto, a deliberação e os termos da carta anexa e para que promovam pedido de parecer minutando missiva que solicite o necessário parecer sobre a transmissão online e/ou noutros meios audiovisuais, em direto ou deferido, das reuniões dos órgãos autárquicos e, já agora, sobre a legalidade da gravação áudio das mesmas para efeitos de elaboração de atas e do respetivo arquivo para efeitos de memória futura. Sendo V. Ex^a. quem representa o Município, em juízo e fora dele, parece-me ser de V. Ex^a. a competência para solicitar o citado parecer à CNPD.”* O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ainda ... *“ e fui informado pessoalmente pelo senhor Presidente da Câmara que os serviços jurídicos haviam minutado um ofício que o mesmo pretendia submeter prévia e oportunamente à apreciação da Assembleia Municipal, consignando-se a reunião extraordinária de julho próximo para o fazer.”* O senhor Presidente informou que em julho irá realizar-se uma sessão extraordinária para um conjunto de situações. Desde logo aquela que será retirada desta ordem de trabalhos e o referido o parecer e, eventualmente, outros que não podendo estar nesta sessão sejam solicitados pelo Presidente da Câmara Municipal. E, portanto, virá aqui para que os senhores Deputados possam avaliar a missiva no qual solicita o parecer para querendo a alterar, complementar ou adicionar com a gravação e divulgação das sessões da Câmara Municipal. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelas senhoras Deputadas Ana Paula Mourão e Carla Gouveia à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins pediu e usou da palavra para solicitar alguns esclarecimentos. Assim sendo, começou pela questão do Centro de Saúde de Soza e referiu que esteve presente numa reunião do ACeS em novembro de dois mil e dezasseis onde colocou algumas questões. Uma das questões que colocou tinha a ver com a incerteza da população da zona de Soza nos médicos onde poderiam marcar consultas. Até ao momento, apesar de ter sido marcada uma reunião para fevereiro ou março de dois mil e dezassete que não foi realizada, o senhor Deputado não tem nenhum conhecimento sobre qualquer solução para o caso. Em relação à questão delicada do Colégio de Calvão o senhor Deputado perguntou se o senhor Presidente tem acompanhado e quais os desenvolvimentos até agora. Em relação à obra da Praia da Vagueira tem-se ouvido constantemente afirmações de que a obra não é da Câmara Municipal, que é da APA, e o senhor Deputado gostaria que o senhor Presidente explicasse de quem é a obra. Outra situação que tem sido muito falada é a compra dos terrenos, por duzentos e cinquenta mil euros, e, por isso, o senhor Presidente tem de explicar, mais uma vez, e desde o princípio, ou seja, desde mil novecentos e noventa e quatro, todo o processo. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar e começou por fazer referência ao assunto abordado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a transmissão das sessões da Assembleia Municipal em vídeo e numa plataforma *online*, uma proposta que o Partido Socialista apresentou em dezembro de dois mil e seis, apreciada pela Assembleia e chumbada pelos grupos municipais do PSD e do CDS no dia dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete. O senhor Deputado não percebeu, exatamente, toda a informação que o senhor Presidente leu e, portanto, supôs que o que fez foi um apanhado do que aconteceu nas últimas semanas. Tanto quanto percebeu oficiou o senhor Presidente da Câmara depois de ter recebido uma carta do Partido Socialista. Tudo isto quer dizer que o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve aqui uma deliberação no dia dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete, deixou passar três meses e nada fez. Se o Partido Socialista não tivesse escrito uma carta nada faria. O Presidente da Assembleia Municipal e o grupo municipal do PSD podem vir aqui mostrar uma grande vontade de divulgar a Assembleia Municipal e dar conhecimento aos vaguenses daquilo que se discute mas isto é bem elucidativo do que está em causa. O senhor Presidente da Assembleia Municipal pura e simplesmente não acatou minimamente aquilo que foi aqui deliberado, está em ata, e preparava-se para deixar passar a questão, provavelmente para o próximo Presidente da Assembleia Municipal. Para o senhor Deputado o que aconteceu foi um desrespeito à deliberação da Assembleia Municipal, e nem sequer foi uma proposta do Partido Socialista, neste caso, ou seja a auscultação da Comissão Nacional da Proteção de Dados foi uma proposta das outras bancadas municipais,

mas via-se que era um expediente para fazer de conta que se tinha algum apressado pela matéria em causa. O senhor Deputado considera, absolutamente, lamentável esta postura por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal e tanto quanto se percebeu, agora, as diligências que estão previstas é “a Câmara preparou uma minuta e vai submeter à Assembleia para ser vista em julho.” Portanto, a Câmara Municipal precisa de quatro meses para preparar uma minuta de uma carta para mandar para a Comissão Nacional da Proteção de Dados. Para o senhor Deputado isto dá bem nota do profissionalismo com que os órgãos Autárquicos de Vagos funcionam. Depois, não se queixem de por vezes os outros Municípios limítrofes conseguirem algumas coisas e Vagos ficar para trás. Entretanto, e referindo-se a outro tema, relembrou a questão das Geminações de Vagos e solicitou ao senhor Presidente da Câmara que fizesse um apanhado histórico e apresentasse o ponto de situação deste assunto. No *site* da Câmara Municipal não se encontra qualquer informação relativa às Geminações em Vagos. No *site* da Associação Nacional de Municípios pode encontrar-se alguma informação, mas não se sabe se é atualizada e se é real, e diz que Vagos está neste momento geminada com Bafatá, Mechosi, Leon, São Vicente e Ceará. O senhor Deputado pergunta, em concreto: Qual é o ponto de situação? O que é que se tem feito com estas Geminações? Que tipo de trabalho é que se tem desenvolvido com estes Municípios, supostamente, irmãos? E se isto foram decisões políticas que nunca foram totalmente explicadas à época. Na altura houve críticas dos vários partidos se isto serviria para pouco mais que para os senhores Presidentes de Câmara fazerem umas visitas. Assim sendo, passados dez/quinze anos o senhor Deputado gostava de saber e perceber o que é que aconteceu com estas Geminações. Esta sua reflexão veio a propósito do facto de se estar a passar a época dos Santos Populares e ter ouvido alguma notícias em relação ao São Tiago que se irá festejar durante o mês de julho. Em termos muito concretos a proposta do senhor Deputado ao Executivo Camarário era que ponderasse seriamente a possibilidade de geminar Vagos com Santiago de Compostela. Esta sim poderia ser uma Geminação com substância e com um conjunto de iniciativas propostas deste lado e com abertura para aquelas que os colegas Galegos também propusessem e que poderia incentivar o desenvolvimento de Vagos. Vagos e Santiago de Compostela, obviamente, são localidades muito distintas, desde logo a sua dimensão populacional, mas quer a sua proximidade ao mar e às rias, a sua proximidade cultural e um certo aspeto de turismo religioso, que existe muito mais desenvolvido lá do que aqui, seriam fatores relevantes para promover essa Geminação. Por isso, o senhor Deputado propõe que se estude esta possibilidade e se diligencie junto do Município de Santiago de Compostela se seria possível ou não esta Geminação e se teria interesse para as duas partes. Uma terceira questão, mais circunstanciada, tem a ver com os passeios no concelho de Vagos, e uma pergunta que tem duas componentes. As pessoas apercebem-se que, por exemplo, na zona dos Cardais houve alcatroamento dos passeios e, supostamente foram pintados e passaram a fazer parte da pista ciclável. O senhor Deputado admite que num mesmo sítio não possam estar ao mesmo tempo um passeio pedonal e uma pista ciclável e a pergunta é o que é que é supostamente aquilo? Será que se está a falar de uma pintura com o objetivo de dar uma cor diferente ao passeio ou aquilo foi pago por fundos

comunitários ou outros, e por isso é que tem de parecer que é uma pista ciclável e desapareceu o passeio e terá de ser usado de outra forma? A outra questão prende-se com aquilo que acontece em Vagos face àquilo que acontece no restante Município. Tanto quanto é dado a perceber o que aconteceu na rua dos Cardais foi o alcatroamento por parte da Câmara Municipal e o tratamento daquilo que são os passeios. Tudo o que é Estrada Nacional 109 de Vagos para sul até ao extremo do concelho em Calvão a ideia que fica é que os proprietários são obrigados a tratar do passeio frente à sua casa. Não há nenhum esforço da Câmara Municipal no sentido de tratar esse espaço que na maior parte dos casos é espaço público e não privado. A pergunta muito concreta é se há aqui tratamento diferenciado para os cidadãos de Vagos vila face aos outros cidadãos de Vagos, nomeadamente aqueles que têm as suas moradias junto à EN109, e se a Câmara Municipal pondera também financiar o tratamento dos passeios ao longo desta via. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor José Martins e referiu que numa semana em que houve tantos incêndios por este país fora preocupa-o, porque o concelho de Vagos tem uma área tão extensa de floresta, o facto de saber se estão acauteladas as medidas para prevenção da área florestal. A zona de perímetro da Zona Industrial está muito agradável e o serviço está muito bem feito mas, por outro lado, há lugares que não é assim. No estradão de Calvão, por exemplo, os pinheiros estão muito próximos da estrada e se houver algum incêndio pode causar algumas dificuldades à população. Este fim-de-semana que passou foi em alta no concelho de Vagos, porque as Marchas Populares são um evento que conseguem mobilizar todas as Freguesias. Esta é uma iniciativa de louvar e, não sabendo se fica muito cara ao Município ou não, por isso tem toda a lógica que continue a existir. Em relação às Festas da vila de Vagos também estas correram dentro da normalidade e gostaria de saber se a Autarquia já fez um balanço de como decorreu, de alguma alteração que poderá vir a fazer e se há alguma coisa que tenha corrido menos bem. Estes são momentos que a vila de Vagos e o concelho vivem e que devem ser mantidos com o máximo de atenção por parte de quem organiza. Uma outra questão que tem preocupado o senhor Deputado, ultimamente, é que na vila de Vagos há um número razoável de estacionamento mas deslocados dos sítios onde na verdade o estacionamento faz falta. É sabido que a Autarquia tem alguns terrenos em sítios mais centrais e não estando a ser utilizados não haveria alguma hipótese de os transformar, nem que seja provisoriamente, em estacionamentos que tanta necessidade fazem para o comércio e as pessoas da vila de Vagos. Outro assunto que preocupa a maior parte da população prende-se com o facto de andarem a decorrer obras de saneamento no concelho e de as anteriores não terem corrido muito bem. O senhor Deputado pediu que fosse feito um ponto de situação das obras de saneamento que neste momento estão a decorrer no concelho. Entretanto, não quis deixar de louvar mais uma vez a atribuição da Bandeira Azul às praias do concelho. Por último, referiu-se a um tema que preocupa muitas pessoas e que é a situação da EPADRV, umas coisas falam-se claramente outras falam-se de forma mais recatada mas esta é uma altura para se ter uma ideia mais concreta do que se está a desenrolar. -----

----- O senhor Deputado César Grave usou da palavra e referiu que há cerca de pouco mais de uma semana a zona Centro do País foi fustigada por uma grande tragédia que vitimou mortalmente

sessenta e quatro pessoas, mais de duzentos feridos e um brutal rasto de destruição, deixando marcas irreparáveis em muitas famílias. Portugal inteiro ficou em estado de choque. Desta forma o CDS-PP propõe a esta Assembleia Municipal um voto de profundo pesar a todos os familiares das vítimas do trágico incêndio de Pedrogão Grande. Este voto se manifeste junto das Assembleias Municipais de Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Góis como solidariedade perante o momento difícil vivido nestes concelhos. O senhor Deputado propôs também um minuto de silêncio, nesta Assembleia Municipal, em memória de todas as vítimas.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que cumpre agora a esta Assembleia aprovar ou não este voto de pesar. Os Membros da Assembleia Municipal não fizeram qualquer objeção e o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e será reencaminhado para as Assembleias Municipais respetivas pela Assembleia Municipal de Vagos. Entretanto, iniciou-se o minuto de silêncio. -----

----- Concluído o minuto de silêncio retomaram-se os trabalhos e usou da palavra o senhor Deputado Hermes Fernandes que felicitou a Câmara Municipal de Vagos pela conquista em ter trazido para Vagos o Campeonato Nacional de Atletismo, que se realizou nos dias dez e onze de junho e que decorreu na pista de Atletismo do Estádio Municipal de Vagos. Questionou o senhor Presidente da Câmara se este consegue ter uma noção do *feedback* deste evento junto da comunidade, e se trouxe algum movimento a nível de alojamentos e restauração em Vagos. Enalteceu o facto de o Município apoiar iniciativas de qualidade e com grandeza para o concelho, nomeadamente o Vagos Cup que este ano foi organizado por três Associações Desportivas do concelho: Juveforce, Sosense e Vaguense. O *feedback* foi bastante positivo. É de louvar também o apoio à atividade que se realizou no fim-de-semana passado na praia da Vagueira, o Ria Race, onde participaram setecentas e oitenta pessoas, seiscentos e cinquenta na caminhada e cento e trinta na corrida, uma organização a Always Young uma Associação Desportiva da Gafanha da boa Hora. O senhor Deputado deixou, ainda, os parabéns à Associação Desportiva de Covão do Lobo, mais conhecida pelos Lobitos, pela conquista do Campeonato Distrital de Aveiro de Futsal, a Supertaça Distrital de Aveiro de Futsal e a subida ao Campeonato Nacional de Futsal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o senhor Deputado Óscar Gaspar de que não se revê nas palavras que proferiu. Após a deliberação da Assembleia Municipal a Câmara tomou conhecimento no próprio momento em que ela foi tomada, não era uma recomendação ao Presidente da Assembleia Municipal e sim a o Presidente da Câmara Municipal. O senhor Deputado nessa reunião expressou dúvidas sobre a vontade e a bondade do senhor Presidente da Câmara Municipal em prosseguir a obtenção desse parecer. O senhor Presidente da Assembleia Municipal julga que neste caso o senhor Deputado tem mais vontade do que aquilo que é possível obter. O parecer que foi dado pela CPND para a Câmara Municipal da Figueira da Foz é claro e não vinculando a Câmara Municipal de Vagos vincula em futuros pareceres qualquer Câmara Municipal que peça parecer para essas matérias, e deve ser pedido parecer para essas matérias. No entanto, ainda que o parecer venha a ser positivo, caso haja uma mudança de interpretação da

lei em questão, esbarra com a vontade neste ano, e não é por ser um ano de eleições, em instalar e divulgar os conteúdos. É necessário mais qualquer coisa que terá de passar aqui pela Assembleia Municipal, em sede de Orçamento Municipal, e, depois, na Câmara Municipal, para proceder à aquisição dos equipamentos necessários para que possam efetivamente serem transmitidas estas Assembleias Municipais e as Reuniões de Câmara, se assim se entender, em qualquer meio de comunicação audiovisual. Aqui não se trata de atrasar ou acelerar trata-se de perceber o tempo em que se está e o tempo que demora até implementar uma situação destas, sobrando tempo para que a CNPD se pronuncie sobre esta matéria. Todas as críticas que o senhor Deputado fez quanto ao profissionalismo e à atuação não são verificadas, desde logo se o profissionalismo for como tem sido, ou seja, reconhecido de quatro em quatro anos pelos eleitores. O senhor Presidente da Assembleia Municipal seria acusado de não ter feito nada perante a missiva do Partido Socialista e é acusado por ter feito alguma coisa perante a missiva do Partido Socialista. Aquilo que é de esperar é que este assunto, face à recomendação da Assembleia Municipal, tivesse a ser tratado pelos serviços da Câmara Municipal para desenvolver um pedido de parecer. O senhor Presidente considera, e já o manifestou antes, que o pedido de parecer deve ser da competência do senhor Presidente da Câmara que é quem representa o Município, dentro e fora dele. Portanto, isto não foi mais do que um alerta ao senhor Presidente da Câmara e aos serviços municipais para perceber o ponto de situação no que toca ao cumprimento desta recomendação. Quanto às Geminações é verdade que há Presidentes de Câmara que não precisam delas para passear, e há exemplos aqui bem perto de Presidentes que passearam bastante, mas estão perante um Ex-presidente de Câmara que durante três mandatos não passou para lado nenhum. O que não quer dizer que tenha tido razão na sua abstenção de se ausentar do Município de Vagos para o estrangeiro. Obviamente, as Geminações no passado, e nestas que o senhor Deputado Óscar Gaspar referiu, tiveram resultados em Bafatá, resultados que são mensuráveis e que são úteis, em que o conjunto de Municípios em Portugal que se acham geminados com Bafatá, e são seis, financiaram o ensino do português na região norte de Bafatá que não foi contemplada por uma candidatura aos Fundos Comunitários que financiou a formação de professores para o ensino de português, que apenas contemplou a zona sul da Guiné incluindo uma parte de Bafatá. Os Municípios portugueses que têm Geminação com Bafatá souberam juntaram-se e financiaram em sessenta mil euros estendendo a todo o território da Guiné a formação necessária para a promoção do ensino de português. Este é o resultado mais útil e visível das Geminações que tinham sido celebradas pelos antecessores e que o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve oportunidade, quer enquanto Vereador da oposição quer enquanto Presidente de Câmara, de avaliar e criticar. As pessoas ouviram mais que uma vez o senhor Presidente pronunciar-se sobre o assunto e a sua posição relativamente às Geminações, que é clara. Quanto ao restante deverá ser o senhor Presidente da Câmara a responder. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e começou por referir que a Câmara Municipal se associa ao minuto de silêncio e à homenagem às vítimas, vitimadas pelo incêndio de Pedrogão Grande. Este foi de facto um cenário terrível, algo que nunca antes tinha acontecido em

Portugal e, por isso, espera que os políticos portugueses, todos eles, com responsabilidades nestas áreas, possam de facto de forma efetiva tomar medidas para evitar situações do género ou pelo menos para preparar o território para situações do género. Relativamente ao Centro de Saúde de Soza como se sabe não faz parte de USF Nossa Senhora de Vagos, ficou de fora. A USF é uma Unidade de Saúde que está sobre gestão direta do ACeS. O ACeS também teve muito recentemente uma mudança, foi nomeado diretor o Dr. Pedro Almeida, com quem o senhor Presidente já teve oportunidade de conversar e de manifestar a sua preocupação pelo facto de o ACeS ser uma entidade que muitas das vezes não se conjuga e conversa com os Municípios. No entanto, ao senhor Presidente pareceu-lhe que este novo diretor tem mais sensibilidade para este diálogo com os Municípios. Ainda hoje o senhor diretor enviou um *e-mail* ao senhor Presidente a dar conhecimento que a Unidade de Saúde de Soza tinha sido assaltada por estes dias. Nesta Unidade de Saúde tudo tem acontecido, desde médicos de baixa, e na reunião o senhor Presidente manifestou-se em relação a esse assunto. O senhor diretor havia enviado um *e-mail* onde referia que de facto estava uma médica de baixa que irá ser substituída. Mas esta é uma situação que vai ficar de forma provisória até a médica voltar da baixa. O objetivo da Câmara Municipal e do novo diretor do ACeS é que, atendendo às condições que existem, esta Unidade seja incluída na USF Nossa Senhora de Vagos, porque não faz nenhum sentido que fique desintegrada. O ACeS tem como objetivo criar uma Unidade de Saúde Familiar a sul do concelho, abarcando as populações do sul, dividindo obviamente os postos de atendimento, tal como na USF de Vagos que funciona em Vagos e na Gafanha da Boa Hora. Este é o ponto de situação até ao momento. Em relação à obra da praia da Vagueira o senhor Presidente, sinceramente, já não sabe como é que pode explicar mais. A obra de Requalificação da Defesa do Cordão Dunar entre a Praia da Vagueira e Praia do Labrego é da autoria da Câmara Municipal. A adjudicação desta obra foi decidida na primeira Reunião de Câmara deste executivo, em outubro de dois mil e treze. Existe um contrato de empreitada, existe uma consignação, existe na Prestação de Contas de dois mil e quinze essa despesa bem referenciada e, portanto, o senhor Presidente só pode classificar essas alegadas declarações, que o senhor Deputado referiu, como desconhecimento ou má-fé. O dono de obra é a Câmara Municipal de Vagos. Agora, coisa diferente é dizer que a Câmara Municipal conseguiu um financiamento de 100% para a obra. Só se for essa a crítica que queiram fazer ao Presidente de Câmara, ou seja, que o *“pecado”* é ter conseguido o financiamento de uma obra a 100%. Quanto aos terrenos na Av. João Grave o senhor Presidente tem sido confrontado, nos sítios errados, entenda-se. Aos políticos convém credibilizar a classe política e quando um político quer respostas a perguntas coloca-as no sítio certo. O senhor Presidente tem por hábito, até porque tem essa responsabilidade de ser Presidente de Câmara, e deve ter algum cuidado institucional da forma como trata o cargo para o qual foi democraticamente eleito pelos vaguenses, responder sempre nos sítios próprios. E a verdade é que fez desta vez um apanhado ainda mais detalhado daquilo que já fez referência várias vezes, em sede de câmara Municipal e em sede de Assembleia Municipal, e, portanto, basicamente e de forma resumida e com documentos que comprovam aquilo que está a dizer volto a explicar. Em mil novecentos e noventa e quatro houve

um ato, ou seja, foi a primeira aprovação de um loteamento para esta área, quando na altura a Câmara Municipal quis intervir naquele espaço e requalificar aquele espaço. Entretanto, ainda neste ano há uma escritura assinada pelo Dr. Carlos Bento que diz claramente “... *todas as despesas municipais de engenharia ou qualquer outra natureza, com licenciamento, concessão e obtenção do referido alvará de loteamento serão suportados integralmente pelo Município de Vagos.*” Este é um assunto de mil novecentos e noventa e quatro que a Câmara se comprometeu com determinadas despesas com os vendedores deste loteamento. Entretanto, mais tarde este loteamento é transformado num novo loteamento, com o nº 3/2009, e que conteve as mesmas obrigações. Com tudo isto a Câmara Municipal tinha um problema porque em dois mil e um com a alteração do Plano de Urbanização da Vila de Vagos houve um impedimento para que o proprietário do loteamento fizesse aquilo que a própria Câmara propôs, fez o loteamento, apresentou ao vendedor e mais tarde, em dois mil e um, tornou impossível um ato que a própria Câmara tinha feito. Tudo isto para dizer que passado uns anos, em dois mil e onze, a Câmara Municipal, na sequência deste ato, resolve responsabilizar-se por essas obras de loteamento. A compra dos terrenos visa, por um lado, resolver este velho problema que estava criado e, por outro lado, criar condições para outras coisas, como por exemplo, habitação social ou bolsas de estacionamento, como o senhor Deputado José Martins falou. Este imóvel interessa em qualquer momento à Câmara Municipal. O cálculo do valor pelo qual foi adquirido, ao contrário daquilo que foi feito passar na comunicação social, até porque foi a própria Câmara que mudou as condições do coeficiente de localização tendo influência no valor tributário dos imóveis, e à data de dois mil e onze cada um desses lotes vale em média cinquenta mil euros. Portanto, se for acrescentado a isto cerca de cinquenta mil euros de custos das obras que a Câmara Municipal se tinha comprometido em mil novecentos e noventa e quatro chega-se ao valor da aquisição. Este assunto já foi cinco vezes explicado, pelo senhor Presidente da Câmara, em Reunião de Câmara e duas vezes em Assembleia Municipal. O senhor Presidente garantiu que a resposta a esta questão é a última vez que foi respondida, esta foi a última vez que falou neste tema. Todos os documentos que aqui foram referidos são públicos e podem ser consultados por qualquer cidadão deste concelho e, para que fique também bastante claro, em dezanove de setembro de dois mil e dezasseis desafiou a senhora Vereadora Maria do Céu Marques para fazer a participação ao Ministério Público. O Ministério Público não dá pareceres, ou seja, se houver uma acusação ele investiga e com toda a legitimidade. Em relação à transmissão das sessões da Assembleia Municipal em vídeo e numa plataforma *online* a Assembleia Municipal não aprovou a proposta e, portanto, esse assunto, no que à Câmara Municipal diz respeito, ficou resolvido. Aquilo que a Câmara Municipal fez foi responder à última solicitação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, que o fez com toda a eficácia, e já tem uma resposta pronta. Numa conversa com o senhor Presidente da Assembleia decidiu-se trazer o assunto para ser discutido em sede de Assembleia para se pedir o parecer nos termos que o senhor Deputado Óscar Gaspar, e os outros Deputados que decidirem intervir, o façam. Agora, o problema do Partido Socialista não é esse, é outro, ou seja, é que mais uma vez fez uma promessa que não consegue cumprir porque a lei não permite. Mas, também não é que

ultrapassar problemas de lei seja uma questão que o PS não consiga ultrapassar e, por isso, é que alguns altos responsáveis ainda andem aí a discutir com a justiça algumas situações menos claras. Sobre a questão da Geminações parte da resposta já foi dada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, e anterior Presidente da Câmara, mas obviamente e com toda a clareza não tem sido um assunto que tenha despertado prioridade à Câmara Municipal. A Câmara Municipal, de facto, tem feito muitas parcerias até com Municípios Europeus. Na informação, ponto um da ordem de trabalhos, refere um projeto, que está em vias de aprovação, que se chama *Red Urban Soul* com vários Municípios de Portugal e de Espanha. A Câmara Municipal tem reunido pontualmente com alguns representantes destas cidades e vilas com quem tem Geminações. Quem aproveitou bem esta questão das Geminações foi a EPADRV que durante vários anos estabeleceu parcerias com alguns desses países e conseguiu cativar alguns alunos para a escola. Em relação à proposta da Geminação com Santiago de Compostela o senhor Presidente referiu que esse assunto já foi discutido numa Reunião de Câmara, assim como outras. Há parcerias que fazem muito mais sentido e o senhor Presidente não vê o benefício, muito sinceramente, imediato de haver uma parceria com Ceará Mirim, por exemplo. Uma parceria com Santiago de Compostela ou com Rocamadour, uma localidade Francesa, por via das ligações com os Santos locais poderão eventualmente fazer muito mais sentido e trazer muitas mais-valias ao Município. Em relação à EN 109 a Câmara Municipal há mais de um ano e meio que está em contacto com as Infraestruturas de Portugal, porque, como sabem, não tem a tutela desta estrada. Esta é uma estrada nacional, terá de ser desclassificada para a Câmara Municipal poder intervir. Todas as intervenções que a Câmara Municipal fizer têm de ser tuteladas pela IP e, por isso, há mais de um ano e meio que se anda em conversações no sentido de que apresentem uma proposta concreta para municipalização da estrada. O problema é que o investimento público em Portugal está parado e, por isso, é difícil negociar com quem não tem nada para oferecer. O IP tem estado numa posição de diálogo permanente mas não passa disso e tem de estar reunidas o mínimo de condições para a Câmara Municipal receber esta estrada. Se há aqui ineficácia é do IP. A questão dos incêndios é bastante complicada e, neste caso concreto, no ano passado no distrito de Aveiro, desde que há registos, foi o pior ano de sempre. Nunca o distrito de Aveiro teve tanta área ardida como no ano passado. Foi um cenário horrível onde o único fator positivo, que se conseguiu tirar desse trágico acontecimento, é que não houve vítimas mortais. Neste caso concreto, este ano, a situação é bem mais grave porque se está a falar de sessenta e quatro mortos e é preciso que se apurem responsabilidades, é preciso perceber o que é que aconteceu e o que é que correu mal. O senhor Presidente está de acordo com o senhor Primeiro-Ministro quando ele diz que o Ordenamento do Território não é algo que se consiga fazer num ano nem em dois, é um projeto de décadas que terá consequências muito mais tarde, muito para além da legislatura ou da decisão. Mas é preciso preparar-se isso em alguma altura e no ano passado que já foi um ano mau dever-se-ia ter aproveitado melhor, porque não é concebível que depois de uma tragédia como aconteceu no ano passado os Deputados na Assembleia da República não se entendam relativamente a esta matéria. Obviamente que há aqui questões de fundo que precisam de ser devidamente analisadas

mas é absolutamente estratégico que todos os partidos se entendam. Ao senhor Presidente parece-lhe uma precipitação que quem não se entendeu num ano agora consiga entender-se em dois ou três dias. Então, alguma coisa andou mal. Ou o assunto era mais fácil do que quiseram fazer parecer ou agora estão a querer torná-lo fácil quando de facto é um assunto difícil. Alguma coisa está mal e é preciso, de facto, fazer alguma coisa. O senhor Presidente da Câmara poucos dias antes deste trágico acontecimento teve uma conversa com o senhor Secretário de Estado, que se disponibilizou para o ouvir, relativamente a algumas matérias que lhe parecem pertinentes, como por exemplo o facto de dar ferramentas efetivas aos Municípios ultrapassando aqui um direito constitucional, que está constitucionalmente garantido, que é o direito à propriedade para que os Municípios possam de forma célere, e não passando por um processo burocrático muito difícil, obrigar as pessoas a limparem. A verdade é uma, um Município, hoje, faz centenas de notificações por ano para proprietários limparem os seus terrenos. A grande maioria tem desde logo sucesso com a primeira notificação mas há um conjunto ainda grande de situações em que isso não resulta. E não resulta porquê? Não resulta por inúmeros motivos, ou seja, porque o proprietário não tem dinheiro para limpar, porque o proprietário está emigrado na Venezuela e no Brasil, ou onde quer que seja, e nem sequer recebe as notificações. Há um conjunto de circunstâncias que impede o Município, do ponto de vista administrativo, de efetivamente tratar do problema da pessoa. E o problema da pessoa não é que o proprietário do terreno ao lado seja multado, porque isso também não lhe limpa o terreno, e o que a pessoa realmente quer é que o terreno seja limpo. O processo burocrático é extremamente complexo e o senhor Presidente deu um exemplo muito concreto. O Martins e Rebelo é tutela do Instituto de Gestão de Património da Segurança Social e todos os anos os proprietários das casas à volta desta empresa devoluta fazem queixa sobre o estado em que se apresenta. Aquilo que lá está é uma vergonha, não há outra forma de classificar aquilo. A Câmara Municipal já fez pequenas intervenções para tentar amenizar o problema. Entretanto, houve também uma questão de sorte porque aqui há uns tempos a EDP também limpou na linha de Média Tensão e acabou por desbastar ali um bocado. Mas, finalmente, ao fim destes anos todos esta entidade vem dizer que não têm condições para procederem à limpeza e pedem à Câmara Municipal que o faça que depois pagam as despesas. A Câmara está agora a tratar do procedimento para fazer essa limpeza. Portanto, se isto é assim com os organismos do Estado imaginem com uma pessoa que está no estrangeiro e que passa anos sem cá vir e até tem pouco contacto com familiares que estejam por cá. Por isso, é muito importante que nestas alterações legislativas haja um mecanismo facilitador da intervenção dos Municípios. Assim sendo, o que é que o Município procura fazer? Em conjunto com as entidades, nomeadamente o ICNF, fazer algumas operações. Foi feita a limpeza do perímetro urbano da Zona Industrial de Vagos para, pelo menos, garantir que as empresas têm o perímetro florestal devidamente protegido, ou seja, o seu perímetro urbano devidamente protegido do perímetro florestal. Entretanto, o Município conseguiu convencer o ICNF a cortar uma faixa na estrada florestal, na estrada Vagos/Vagueira e na estrada a seguir ao Parque de Campismo no sentido da Gafanha do Carmo. Há nos outros estradões situações complicadas mas é aqui que o senhor

Presidente considera que entra a burocracia o que tornam a situação mais difícil. O Município tem duas candidaturas ao POSEUR, uma feita desde fevereiro de dois mil e dezasseis, para requalificação do solo da área ardida junto à Freguesia de Calvão, em dois mil e dois. Houve uma candidatura, o Município candidatou-se, como se pode ver na informação do Presidente da Câmara, e ainda está a aguardar por uma resposta, desde dois mil e dezasseis. Neste momento, essa área é um barril de pólvora porque não está devidamente ordenada, não está limpa e é uma área florestal que até é do Município. Mas lá está, a Câmara Municipal fez o projeto, elaborado com a ajuda do eng.º Luís Sarabando da Associação Florestal do Baixo Vouga, aprovado pelo ICNF e agora aguarda os Fundos Comunitários para o executar. O senhor Presidente espera um entendimento supra partidário para se resolverem estas questões delicadas de uma vez por todas, porque os incêndios de verão combatem-se no inverno. Em relação às Marchas Populares o custo das mesmas ronda os trinta mil euros. A ideia do executivo era realizar este evento de dois em dois anos mas por vontade dos senhores Presidentes de Junta resolveu-se, e bem, fazer todos os anos e a Câmara Municipal enquadrou isso em termos orçamentais por entender que é uma atividade que mexe com muita gente. Este foi um evento onde estão todos de parabéns. Relativamente às Festas de Vagos o senhor Presidente não tem presente o valor dos custos mas como se sabe na Prestação de Contas há lá uma rubrica própria que poderá espelhar isso. O balanço é positivo, embora haja algumas arestas a limar, como por exemplo, ter menos dispersão de atividades. Houve momentos muito interessantes que passaram um pouco despercebidos às pessoas como o *videomapping*. A questão das bolsas de estacionamento é uma excelente ideia. No que respeita às obras de saneamento em Soza, Lavandeira, Fontão e Salgueiro estão a decorrer dentro da normalidade. Estas obras são sempre obras que geram conflitos e alguns transtornos durante algum período de tempo. A Câmara Municipal tenta, nas situações que vão surgindo, resolve-las em diálogo permanente. Houve algumas situações reportadas, como por exemplo a falta de ligações a casas mais antigas, e foram resolvidas em conjunto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia. De um modo global o balanço é extremamente positivo, não tendo nada a ver com outras obras do género que já foram feitas no concelho nomeadamente da empreitada da zona sul. Agora já se está na fase das pavimentações em alguns sítios mas, obviamente, irá ter de ficar durante algum tempo o rasgo aberto porque tem de compactar e isso é sempre um constrangimento para as pessoas, mas tem de ser assim. Em relação à atribuição Bandeira Azul é o reflexo do investimento que a Autarquia tem feito nas praias. Ainda hoje para preparar a Cerimónia do Hastear o senhor Presidente esteve a fazer algumas pesquisas e o valor de investimento nas praias foi muito avultado, não só da Câmara Municipal, que ronda os cinco milhões de euros. Este é um valor bastante interessante para proteger a Costa e que teve aumentos positivos. Não houve aqui intervenções que tivesse condicionado o uso da praia e isso é bastante positivo. Agora, é fazer de tudo para manter este patamar ou se possível melhorá-lo ainda. Em relação à educação, e fazendo um balanço de toda a área da educação no concelho de Vagos, o ano escolar encerrou recentemente, e o senhor Presidente já teve a oportunidade de fazer um balanço com o senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, que é quem tem mais alunos

e a atividade é maior, e correu dentro da normalidade. No final do ano houve um pequeno episódio na Escola Secundária que ficou resolvido, e bem resolvido. Há de facto nesta área duas situações que preocupam bastante que é a questão do Colégio de Calvão e a questão da EPADRV. Na questão do Colégio de Calvão existe uma preocupação constante atendendo às circunstâncias, e apesar do Tribunal ter vindo dar razão ao Colégio e obrigado o Ministério a abrir mais turmas no 5ºano, a verdade é que o Colégio continua a perder turmas noutros ciclos de ensino. O balanço vai ser preocupante, embora continue em funcionamento e com a normalidade que esta situação pode trazer. O senhor Presidente tem encetado contactos com a senhora Secretária de Estado, com quem esteve há três meses e tal reunido e, agora, há mais de um mês e meio que anda a solicitar uma nova reunião, para se fazer um ponto de situação, e não tem sido atendido. Também existe o assunto da EPADRV que necessita de decisões da tutela quanto à EPADRV. Como todos sabem o Município a única representação que tem na EPADRV são três em quinze conselheiros gerais, e não mais do que isso. A Câmara Municipal não tem tutela sobre a Escola, embora exista um diálogo permanente com o senhor Diretor sobre os vários temas que preocupam, e esta tem quem mande nela e quem manda tem de tomar decisões. O senhor Presidente há mais de um mês e meio, e de uma forma insistente, tem manifestado vontade de falar com a senhora Secretária de Estado mas até ao momento não obteve qualquer resposta por parte dela. O senhor Presidente está muito preocupado com esta situação, como é evidente, mas a Câmara Municipal não tem ferramentas. A única ferramenta é o diálogo que estabelece com o senhor Diretor da EPADRV, que é bom, que é próximo, ambos partilham as mesmas preocupações, falam várias vezes em projetos conjuntos, mas a Escola precisa de alguma estabilidade emocional para poder tomar as melhores decisões para o futuro da Escola e da Educação no Município de Vagos. Resumidamente, a situação do Colégio, dentro desta dificuldade, tem-se tentado criar alguma estabilidade, tem havido inúmeros contactos, inúmeras reuniões, com a Direção do Colégio e com o senhor Bispo e com outras entidades, no sentido de procurar soluções. Em relação ao *feedback* do Campeonato Nacional de Atletismo, por aquilo que foram as missivas do senhor Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, e as declarações públicas do mesmo, e as missivas e declarações do senhor Presidente da Associação de Atletismo de Aveiro, o balanço foi extremamente positivo. O comércio local recente positivamente estas atividades, há sempre movimento, há sempre pessoas que vêm, há sempre necessidades de alojamento. Infelizmente, Vagos não tem muitas camas para alojar pessoas mas este tipo de iniciativas movimentam sempre a economia local. Este é um evento que surge depois de uma forte aposta do Município nesta área do Atletismo e, portanto, o melhor balanço que se pode fazer é que o próprio Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo manifestou vontade em que o Município possa acolher outras provas inclusive de âmbito europeu. Na Vagos Cup de referir sobretudo, além do sucesso do torneio, a possibilidade que a Câmara abriu, na base do diálogo, de haver mais do que uma entidade, neste caso mais do que um clube, foram três, a abarcar a organização do torneio e com um balanço extremamente positivo. Este evento contou com o apoio da Associação de Futebol de Aveiro que há quinze dias atrás distinguiu o Município em relação ao trabalho que pratica com esta entidade. Nesta área existe uma grande

proximidade entre as associações e isso é louvar e o reflexo são estas atividades que se vão desenvolvendo. Sobre a Ria Race e os parabéns aos Lobitos o senhor Presidente, obviamente, associa-se. A Ria Race foi uma atividade com muito mérito, numa primeira edição ter o número de participantes que teve é de louvar e é um evento a manter. Há muitas outras associações no concelho que têm tido muito mérito e não particularizando ninguém mas o desporto no concelho de Vagos é uma área que está a dar cartas. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte horas, chegou à sessão a senhora Deputada Elisa Eusébio Novo, em substituição da senhora Deputada Ana Paula Mourão. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para voltar a usar da palavra e referiu que não vai comentar a intervenção do senhor Presidente, nomeadamente porque lhe pareceu que fez uma prece mas que não vai ser atendida, porque o Partido Socialista não acha correto que se lembre dele apenas quando “troveja”. Em relação à primeira questão que tinha colocado o senhor Deputado considera que foi evidente para todos os presentes nesta Assembleia Municipal que entre aquilo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse e aquilo que o senhor presidente da Câmara disse as coisas não batem exatamente certo. De qualquer forma gostava de relembrar à Assembleia Municipal, porque não teve acesso à carta que o grupo Municipal do Partido Socialista enviou, que esta missiva o que faz é, num espírito de lealdade institucional, dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de que hoje iriam colocar a questão que tinha sido suscitada em abril. Portanto, não foi no sentido de o senhor Presidente tomar alguma iniciativa ou não e sim a de estar preparado para responder. O senhor Deputado ouviu o senhor Presidente da Assembleia com muita atenção mas a verdade é que o que verbalizou hoje não é secundado por aquilo que está na ata de dezassete de fevereiro, aqui aprovada, na página vinte e três. O que diz nesta página é *“O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a mesa irá diligenciar no sentido pedir parecer junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre esta matéria, embora tenha dúvidas se poderá fazê-lo diretamente uma vez que a representação do Município é feita pelo senhor Presidente da Câmara ou se fará mais sentido recomendar à Câmara que solicite parecer. O senhor Presidente da Assembleia irá averiguar a questão.”* Portanto, ficou claro para todos, e o senhor Presidente aprovou a ata, em que ficou o senhor Presidente de averiguar a questão. Também não faz nenhum sentido aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, de que por ele o assunto estava encerrado quando o ponto tinha sido chumbado. Mas isto não corresponde a verdade porque ficou de ser feito um pedido à Comissão Nacional de Proteção de Dados. O senhor Deputado já dá ao “desbarato” se foi a Câmara ou se foi a Assembleia a verdade é que passados três meses e tal nada foi feito. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a última frase que leu, onde dizia que ia averiguar a questão, não é sobre o parecer à CNPD é sobre a competência para subescrever o pedido. Isto vem em função daquilo que disse, isto é, de que tinha dúvidas quanto atuação do Presidente da Assembleia Municipal na instrução de um pedido destes. Desde o princípio ficou claro para todos que havia uma recomendação à Câmara Municipal para solicitar parecer. Quem representa o Município é o senhor Presidente da Câmara Municipal. O senhor

Presidente da Assembleia Municipal considera que aqui não há dúvidas rigorosamente nenhuma, tirando a confusão que o senhor Presidente da Câmara fez quando referiu que a proposta foi chumbada, foi em dezembro, em fevereiro não, o que foi deliberado foi pedir parecer à CNPD. Se o senhor Deputado disser que isto não está a andar ao ritmo que gostava que andasse, é verdade, mas é o ritmo que é. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que sobre esse tema não vai comentar absolutamente mais nada mas não pode deixar de dizer que tinha ideia de que o parecer da CNPD era absolutamente claro. Por isso, considera este assunto mais um *fait divers* do Partido Socialista, porque se o PS tivesse vontade de efetivar a proposta que fez tinha-a suscitado num início do mandato e não na sua fase final. Para concluir, e respondendo à questão das preces, o senhor Presidente pensava que os Deputados do Partido Socialista primeiro eram vaguenses e então depois elementos do Partido Socialista. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar esclareceu que quando disse que não iria fazer comentários às palavras do senhor Presidente da Câmara era porque estava convencido que aquelas referências ao estar acima da lei ou a ter infringido a lei eram por manifesta falta de cuidado na leitura dos jornais nas últimas semanas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia referiu que interpretar as profundas palavras do senhor Deputado Óscar Gaspar não é fácil. Mas o senhor Presidente tem alguma contenção porque quando fala em profissionalismo se fosse ponderar o exercício de cargos públicos e o resultado desse exercício ter-se-ia de ter uma sessão inteira para falar. O senhor Presidente da Câmara usou da história do contorno. ou entorte, da lei. É certo que lá mais para norte as coisas não andam lá muito agradáveis mas basta que o senhor Deputado dê uma vista de olhos pela plataforma que publicita aos ajustes diretos neste país e verá que se calhar das trezentas e oito Autarquias poucas, e Vagos está dentro dessas poucas, escapariam a uma investigação rigorosa de milhões e milhões em ajustes diretos. É certo que nem todos estão não justificados, aliás, há deles que estão amplamente justificados, aqueles que têm a ver com fornecimentos de refeições e cujo os concursos são impugnados, e os miúdos não podem estar à espera do efeito da decisão da impugnação, e as Autarquias vêm-se obrigadas a fazer ajuste diretos com o que ficou em primeiro lugar no concurso. Tirando essa exceção e mais duas ou três. Portanto, esta parte do profissionalismo o senhor Presidente pede para que não abusem todos desse tema porque dá conversas intermináveis, seja a norte, seja a sul, seja a centro e seja onde for, e de várias cores. ---

----- O senhor Presidente da Câmara Voltou a usar da palavra e referiu que comparar a figura de um ex-Primeiro-Ministro com a figura de um ex-Presidente da Câmara revela bem. E sobre os ajustes diretos referiu que nem todos os Municípios têm a sorte de Ourém, onde passou o Papa e isso abençoou uma série de ajustes diretos de vários milhões de euros por acaso adjudicados por um Presidente de Câmara que perdeu o mandato que por acaso é do Partido Socialista. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e esclareceu que não foi ele a suscitar o assunto e sim o senhor Presidente da Câmara Municipal não só de uma forma deselegante, populista e provocatória, mas não há só um Presidente de Câmara do PSD envolvido.

Aliás, se querem olhar para a terra não foi do Partido Socialista o Presidente de Câmara que foi detido, o último Ministro que foi considerado arguido não foi do Partido Socialista. Ao senhor Deputado o que parece grave por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vagos, e difícil de entender, até porque é jurista, é dizer em público que há suspeições sobre uma boa parte das trezentas e oito Autarquias deste País, independentemente do partido, devia participa ao Ministério Público. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que tem de ser *“dado um desconto”* a um ex-Presidente de Câmara, que foi à Polícia Judiciária prestar depoimentos para aí uma dúzia de vezes, de perceber como é que funcionam e como é que pensam os Agentes da Judiciária sobre ajustes diretos. A lei permite os ajustes diretos mas o que é certo é que se os Agentes Judiciais deste país fosse consultar a bolsa de publicação das empreitadas e fossem verificar nas Câmaras Municipais, de acordo com os critérios que eles têm, não há dúvidas que a maior parte deles não estão corretos. Porque se há ajustes diretos que tem uma justificação clara, como a do fornecimento das refeições, há outros que não estão. Se for pela lógica que o senhor Presidente conhece da investigação judiciária esses ajustes todos seriam uma vez denunciados anonimamente sem um objeto de investigação. Mas é melhor não entrar nesta questão que isto leva até nunca mais. À justiça o que é da justiça e aqueles que forem absolvidos serão bem absolvidos e aqueles que forem condenados serão bem condenados, de certeza, do ponto de vista da justiça, entenda-se. E com isto referiu: *“Quando o Governo é de direita à justiça o que é da justiça mas calma aí que a gente também tem o direito de opinião. Quando os Governos são de esquerda à justiça o que é da justiça, ponto final.”* É só verificar o que aconteceu nos últimos dias com os fogos florestais, falar sobre tragédias que ocorreram e tragédias que estão a ocorrer é aproveitamento político, hoje. Olhando dois anos para trás era perfeitamente normal. Portanto, há aqui classificações e interpretações completamente difusas. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 20 DE ABRIL A 20 DE JUNHO DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O documento com a informação relativa a este ponto foi enviado antecipadamente aos senhores Deputados. -----

----- Neste ponto pediram para usar da palavra os senhores Deputados Jorge Pereira e Óscar Gaspar. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira pediu esclarecimentos relativamente à parte financeira do documento. Verifica-se uma evolução na dívida a fornecedores e empreiteiros. Em abril deste ano deviam-se a fornecedores novecentos e setenta e três mil euros agora devem-se um milhão duzentos e setenta e quatro mil euros e a empreiteiros devia-se duzentos e dezassete mil euros agora devem-se trezentos e oito mil euros. Portanto, ouve aqui um aumento de quase quatrocentos

mil euros e o senhor Deputado quer saber se este valor já inclui os alcatroamentos e os gastos com as Festas de Vagos ou refere-se a outra coisa qualquer. O senhor Deputado parte do princípio que esta informação escrita do Presidente seja um resumo dos vários departamentos da Câmara Municipal e relativamente à parte financeira, que é das partes mais suscitas, na parte da dívida total o mapa que aparece hoje é o mesmo mapa que apareceu há dois meses. Será coincidência ou o mapa está mal? Alguém devia ter lido isto e ter percebido que o mapa foi duplicado, a menos que os valores sejam exatamente os mesmos. O senhor deputado referia-se à página oito deste documento, que é igual à página dez da informação anterior, de vinte e sete de abril. -----
----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu esclarecimentos relativamente à parte da tesouraria, ou seja, diz-se que o valor das operações não orçamentais tem uma questão que referende com o recurso da empresa VAGA SGPS num montante de quinhentos e sessenta e sete mil duzentos e cinquenta euros. O senhor Deputado perguntou qual é o impacto, o que é que está aqui em causa, nomeadamente porque este processo judicial, tanto quanto parece, já não consta depois da parte jurídica. O senhor Deputado perguntou o que é a *Neurolibing*. O senhor Deputado não sabe o que é e independentemente da resposta que o senhor Presidente der, e até admite que não saiba a resposta, mas o mais importante que isso é o alerta. E isto porquê? Esta empresa fez uma ação de sensibilização sobre o *Alzheimer* em Vagos. O senhor Deputado desconhece esta empresa e no *site* a informação é muito reduzida sobre a empresa. A Associação de *Alzheimer* de Portugal não conhece esta empresa e como se está a falar de pessoas idosas e pessoas bastante suscetíveis o senhor Deputado pedia à Câmara Municipal que tivesse algum cuidado com o tipo de parcerias e com as entidades a quem dá apoio. O senhor Deputado não faz ideia se esta é uma empresa aptada ou não e parece-lhe que nalguns rastreios que são feitos, não só na Câmara Municipal de Vagos mas em outras Câmaras Municipais também, as Câmaras tendem a associar-se com boa vontade e com espírito de colaboração mas tem de se ver quais são exatamente as motivações das empresas que fazem essas organizações. Entretanto, o senhor Deputado não pode deixar de achar piada sobre o que aqui é dito relativamente ao orçamento participativo e leu o parágrafo que está na informação. *“O Orçamento Participativo 2017 reforçou a aproximação dos cidadãos à gestão autárquica e aos problemas que isso envolve, tendo em consideração os recursos financeiros e administrativos existentes, ao mesmo tempo que deu a oportunidade aos cidadãos de conhecer o enquadramento técnico, legal e estratégico segundo os quais a autarquia rege a sua atividade. A Câmara Municipal de Vagos regozija-se e dá os parabéns aos vaguenses pela qualidade dos projetos apresentados e com o nível de participação neste projeto de intervenção pública ativa na vida do nosso concelho, valorizando a cidadania, tratando-a como uma questão decisiva para o futuro da governação local.”* Só quem não ouviu o senhor Presidente da Câmara, e a Câmara, a referir-se à proposta do Partido Socialista sobre o Orçamento Participativo. Isto que aqui está toda a gente percebe que não lhe sai naturalmente porque não foi uma proposta do Presidente da Câmara, não foi uma iniciativa que o PSD e a Câmara tenham aprovado. Só em final de linha, praticamente dos últimos concelhos a aderir, é que aparece agora com uma grande ênfase como se de facto fosse uma grande novidade e fosse um objetivo muito forte desta Câmara

concorrer para o aumento da participação e aproximação dos cidadãos à gestão autárquica. Foi muito bom a Câmara Municipal ter alinhado no Orçamento Participativo mas o senhor Presidente não deve fazer de conta que gostava desta iniciativa porque, de facto, foi sempre a contragosto que o fez e está provado nas declarações que fez e nas atas da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente ficou sem perceber se o PSD fez ou não fez. Primeiro diz que o PSD não aprovou e depois diz que fez mas a contragosto. Sobre o comentário feito em relação à entidade a Câmara Municipal irá averiguar, o nome *Neurolibing* não lhe dizia nada e a senhora Vereadora Dulcília está a tentar saber alguma coisa, e o senhor Presidente tomou em boa nota a chamada de atenção. Quanto ao mapa não deixa de ser verdade pode é de facto esta repetido porque não podia ser outro. Quando foi enviada a informação o primeiro trimestre ainda não estava concluído. Este é de facto o mesmo mapa porque o segundo trimestre ainda não fechou, logo só virá a sessão de setembro. Quanto ao resto é verdade que houve um aumento da dívida a fornecedores mas também houve um aumento de cerca de seiscentos mil euros, em relação à última operação, nos saldos de operações orçamentais. Se for feita a subtração desses seiscentos mil euros a mais em compensação com os mais quatrocentos mil percebe que a dívida ainda diminui duzentos mil euros. Isto acontece porque o mês de maio é o mês de maiores receitas da Câmara Municipal e há muito dinheiro para pagar a fornecedores mas os recursos continuam os mesmos e em termos operacionais não é fácil operacionalizar isso mas o saldo está aqui. Para além de que a dívida do Município, quer ao nível do endividamento quer ao nível do pagamento de por exemplo do processo Ria Vagos, também diminuiu. Em relação à questão da VAGA SGPS já aqui foi explicado, mas nessa altura o senhor Deputado Óscar Gaspar ainda não tinha tomado posse nesta Assembleia. Este processo ainda decorreu no mandato anterior de uma injunção a uma conta não orçamental do Município. O juiz decretou de forma errada, pelo menos na opinião do anterior e do atual Presidente de Câmara, porque estas contas não deveriam ser mexidas. Agora, tem de ser feita a operação contabilística, que já tem vindo a ser feita ao longo do tempo, de passagem de um lado para o outro. É uma situação que vai ter de ser resolvida ao longo do tempo, que não foi criada pela Câmara Municipal, e sim pelo juiz que decretou a injunção a essas contas não orçamentais, mas que terá de ser ela a repor. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia explicou que a VAGA SGPS penhorou o crédito do Licínio Ramos Lda na ação que esta havia intentado contra o Município de Vagos, penhorou e executou o crédito. Penhoraram as contas todas do Município, como havia excesso de liquidez nessas contas, relativamente ao crédito penhorado, eles reduziram a proposta de penhora e o juiz determinou, então, a penhora de um conjunto de contas que satisfazia a totalidade do crédito à Licínio Ramos Lda por via indireta da VAGA SGPS. A Câmara Municipal não tem, nem nunca teve, nenhuma relação direta com a VAGA SGPS. Uma das contas que foi penhorada foi a das operações não orçamentais e agora a obrigação do Município de Vagos é ir reforçando essa conta, que estava relacionada com cauções e retenções das empreitadas. -----

----- Entretanto, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que o valor era mais do que este, isto já tem sido uma reposição mas ainda falta e tem de se continuar a repor. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a discussão e aprovação o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 01 de junho de 2017. -----

----- PONTO DOIS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2017; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e muito, resumidamente, explicou que como se tem de fazer o pedido de visto para o Tribunal de Contas era necessário ajustar o valor, porque o valor que se tinha em termos de orçamento era bastante mais baixo do que o valor da estimativa final. O senhor Presidente aproveitou para informar de que até às dezoito horas do dia de hoje, último dia, chegaram nove propostas para a reparação da estrada Rines/Sanchequias. Agora, depois do dia de amanhã da abertura de propostas no próximo orçamento este valor também terá de ser devidamente ajustado. Entretanto, a Câmara Municipal aproveitou esta Revisão ao Orçamento para colocar as obras do Orçamento Participativo, uma vez que já se sabe quais são. -----

----- Não havendo intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 14 de junho de 2017. -----

----- PONTO TRÊS: REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE VAGOS – PIMVAGOS – APROVAÇÃO; -----

----- Relativamente a este ponto usou da palavra o senhor Deputado Pedro Mantas que começou por fazer algumas observações/sugestões à redação e à forma do documento. Feitas as observações informais referiu que considera muito importante este tipo de documentos, porque são ferramentas importantes para a Câmara Municipal e para o Município em geral. Precisamente por causa disso era importante perceber se este instrumento é efetivo ou não. E porquê? Se é um instrumento efetivo, isto é, se é aquele instrumento que a Câmara vai usar para atrair o investimento não parece correto ao senhor Deputado os critérios propostos: a) o número de postos de trabalho será valorado até 40% de benefício fiscal; b) o montante do investimento a realizar será valorado até 30% do benefício fiscal. E a pergunta do senhor Deputado é: *“Estas duas alíneas na prática não são iguais?”* Elas dizem coisas diferentes. Mas não é isso que está a comentar e sim se isto é um instrumento de atração de investimento para o concelho. Em relação aos postos de trabalho, que é a parte mais relevante deste instrumento, ou pretende ser, a parte do investimento por trabalhador é de grosso modo um valor consoante o tipo de empresas que são criadas. O senhor Deputado considera que se estão a valorizar os postos de trabalho e o investimento em 40% e 30% mas a mesma coisa em 70%, e isto parece-lhe excessivo. Há aqui mecanismos que a Câmara Municipal pode ter para atrair o investimento perante estes benefícios que vai conceder, mas considera uma valorização excessiva. Em contrapartida considera baixo o valor da empresa sediada no concelho, mas também não tem conhecimento de causa suficiente para dizer que isto é irremediavelmente baixo e por isso gostaria de ouvir as justificações do senhor Presidente da

Câmara. Quanto aos montantes de investimentos o senhor Deputado não percebe porque é que têm de ser de duzentos e cinquenta mil euros. É evidente que há sempre um limite mas porquê este valor? É que, depois, no artigo sétimo na alínea b) aqueles valores que aí se encontram, dessas ponderações, não se sabe se serão contundentes com as propostas dos Vistos *Gold*, e o senhor Deputado não está a ser irónico. Porque para um Visto *Gold* é necessário um investimento de quinhentos mil euros e aqui está só a valorizar-se 50%. Isto é um instrumento muito importante para o Município e, por isso, o senhor Deputado gostaria de ouvir a postura do senhor Presidente da Câmara em relação a este documento e aos aspetos que referiu. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para que o Técnico Superior da Câmara Municipal, senhor Laerte Pinto, fizesse uma breve apresentação do regulamento e responderia às questões feitas pelo senhor Deputado Pedro Mantas depois. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizou. -----

----- O senhor Laerte Pinto fez uma breve apresentação do conteúdo técnico do documento e no fim disponibilizou-se para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões colocadas pelo senhor Deputado Pedro Mantas. Em primeiro lugar referiu que são de aceitar os contributos e agradecia que os fizesse chegar à Câmara Municipal. Tudo o que poder melhorar o documento é sempre bem-vindo. Em relação às observações feitas começou por fazer um enquadramento rápido do documento. A Câmara Municipal tinha no início deste mandato atribuído vários benefícios fiscais. Entretanto, os sucessivos Orçamentos de Estado vieram permitir esta espécie de regime transitório dizendo que era possível que as Câmaras Municipais concatenassem no fundo a informação que existia na anterior e que podiam regularizar as situações que existiam mas que obrigavam a que depois se cria-se um regulamento. E foi isso que se fez. Já aqui veio a regularização das situações que haviam das empresas do concelho, determinaram-se datas específicas de início e conclusão, que não havia ficado bem claro quando se aprovou, porque uma coisa é a data de aprovação outra coisa é data do início do investimento e era preciso clarificar. Entretanto, era necessário esta segunda fase da regulamentação. Em relação às questões que colocou, ou seja, porquê os duzentos e cinquenta mil euros? Porquê a ponderação entre o investimento e a mão-de-obra? Relativamente aos duzentos e cinquenta mil euros quando se começou a elaborar este regulamento estava-se muito focado na parte da indústria. Entretanto, à medida que se foi elaborando e à medida que se foi fazendo o estudo bastante intensivo de outros exemplos começou-se a perceber que era preferível não se concentrar tanto na indústria e criar um leque mais alargado. É muito importante falar de investimentos concretos que aconteceram, e que são do conhecimento público. O que é que interessa mais ao Município ter uma Ria Blades que cria mil e quinhentos postos de trabalho e que tem vários milhões de euros de investimento ou ter uma Centrauto que é um investimento na área do comércio, quinze milhões de euros de investimento, mas que não cria tantos postos de trabalho? O que é que é preferível para o Município, ter estes dois investimentos ou ter, por exemplo, o Restaurante “O Barracão” que também fez um investimento há pouco tempo e que também é meritório e cria postos de trabalho e

uma dinâmica na economia local? Ou um investimento Agrícola que surja e que de facto seja de dimensão, como alguns que existem com projetos aprovados, alguns de milhares de euros? Portanto, acabou-se por tentar que com este valor pudesse, eventualmente, chegar a um leque mais alargado de tipologias de investimento. Por isso, é que não se segmentou e não se restringiu só à parte industrial e duzentos e cinquenta mil euros pareceu um valor razoável para que possa dar este benefício. Depois a diferença entre os postos de trabalho criados e o valor do investimento, voltando aos exemplos já referidos, a Ria Blades cria mais postos de trabalho mas proporcionalmente tem um investimento mais reduzido que a Centrauto que cria menos postos de trabalho. O que se quis foi criar aqui um equilíbrio entre o fator volume de investimento financeiro e postos de trabalho criados. É verdade que interessa muito ao Município que se criem postos de trabalho, foram estes investimentos que permitiram a taxa de desemprego tão baixa que o concelho de Vagos tem, mas por outro lado criar uma infraestrutura como a que a Centrauto criou permitirá no futuro, se a Centrauto se candidatar, e é natural que o faça, quando começar a pagar IMI será um valor importante nas receitas. Portanto, procurou-se, com todas as reuniões de trabalho que se teve, a melhor ponderação possível para conjugar todos estes fatores, daí a explicação da divisão do investimento, do volume de postos de trabalho e do valor mínimo definido.

----- O senhor Deputado Pedro Mantas voltou a usar da palavra e referiu que está a apreciar muito a intervenção porque este é, de facto, um assunto verdadeiramente político e, portanto, são estes aspetos que enaltecem a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. O senhor Presidente colocou em contrapartida uma Ria Blades que tem mil e quinhentos trabalhadores e uma Centrauto que tem setenta trabalhadores e o senhor Deputado referiu outra. Um dos grandes aspetos que salvaguardou a Itália na abertura do Mercado Comum, quando foi a Comunidade Económica Europeia, foram precisamente as pequenas e médias empresas, porque foram elas que aguentaram o embate todo dos “Monstros Alemães” e de alguns Franceses que entravam na Itália. Por um lado é verdade, quer-se mais postos de trabalho, isso é bom para o Município em vários aspetos mas por outro lado pode também ter-se aquela outra coisa que é e amanhã se eles fecharem? Estas coisas que estão aqui à disposição da Câmara são muito mais valiosas do que parecem no documento, porque é aqui que se vê se “*sou ou não sou competitivo*” em relação aos outros concelhos limítrofes. O senhor Deputado não é contra o documento, vai votá-lo a favor, mas gostaria que as ponderações que aqui se encontram pudessem ser ponderações que do ponto de vista da Câmara Municipal, que já os terá digerido, sejam mesmo fortes. E, portanto, aquela dúvida que o senhor Deputado tinha em relação a só 10% das empresas sediadas em Vagos, porquê isso? O senhor Presidente podia ter dito que se estava a fazer uma separação do investimento e o número de postos de trabalho criados porque se está interessado em que esses postos de trabalho criados sejam postos de qualidade. Para o senhor Deputado são estas as discussões mais importantes do documento do que uma simples leitura. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que seria importante analisar os fatores de ponderação: impacto ambiental do projeto, introdução de tecnologia, o potencial de faturação

volume de negócios, o caráter inovador do projeto, o impacto no tecido socioeconómico no que toca à dinamização do tecido, tipo e local instalado e adequação ao perfil. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que houve outros fatores que foram discutidos neste processo. Agora, há uma questão que todos conhecem que é a dificuldade de mensurar alguns dados e daí entendeu-se que estes eram os claramente mensuráveis. A questão da sede não é tão relevante, e por isso é que tem uma ponderação menor, por uma razão o pagamento da Derrama. De acordo com a lei, o pagamento da Derrama, é distribuído equitativamente pelos Municípios onde esse imposto é gerado. Por exemplo, há uma empresa que se instala em Vagos e com a sede no Porto se o volume de faturação e de margem de lucro da empresa for partilha ela pagará também Derrama neste concelho. Isto é o que a lei diz, depois em termos de aplicação torna-se um pouco mais difícil. Entretanto, também se coloca aqui um outro dado em cima da mesa, ou seja, não se pode esquecer que se vive num regime de competição com os concelhos vizinhos e, portanto, é preciso ter ferramentas pouco complicadas para atrair investimento. É muito importante não esquecer o tecido económico das pequenas e médias empresas porque elas sempre foram em Portugal o fator de sustentação da economia. Hoje em dia há muito a tendência de virar as costas às pequenas e médias empresas e se a focalização forem só os grandes investimentos podem ter-se alguns dissabores, como o caso da Quimonda que é um bom mau exemplo. A Câmara Municipal quis que tudo isso ficasse salvaguardado e, além de várias análises, fez o cálculo de vários exemplos concretos. Não há verdades absolutas e, portanto o senhor Presidente admite a Assembleia Municipal daqui por um prazo razoável, por proposta da Câmara, tenha de ajustar um fator ou outro, porque na realidade se verifica esta e outra situação. Neste momento, esta é a proposta que o senhor Presidente quer do ponto de vista político quer do ponto de vista técnico, onde houve um grande empenho e um grande esforço de toda a equipa de trabalho na elaboração deste documento, e sente-se confortável com o que aqui apresentou. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra para pedir um esclarecimento ao senhor Laerte Pinto. Na nota explicativa, no artigo quarto, no último parágrafo *“Assim os critérios propostos são: o número de postos de trabalho, que será valorado até 40% do benefício fiscal”*, e o senhor Deputado perguntou se esta linguagem estará correta porque no benefício fiscal a isenção é total e dá a ideia que é parcial. Portanto, quando fala aqui em 40% de benefício, o benefício é a isenção do imposto, fica a ideia que é parcial. O senhor Deputado pergunta se está mesmo correta esta situação. A questão dos 10%, o evitar a saída de empresas do concelho e Vagos tem neste momento um exemplo, a Ferneto, que está a realizar um investimento de cerca de quatro milhões de euros e que em termos de criação de postos de trabalho não haverá muita porque já lá estão, mas tem o benefício dos 10% porque é uma empresa que já está sediada neste concelho e não vai para outro lado. -----

----- Quanto à questão colocada o senhor Laerte Pinto referiu que a nota justificativa pode não ter aquela precisão daquilo que se pretendia transmitir. O que se pretende dizer é que há uma ponderação de 40% relativamente à criação dos postos de trabalho e 30% relativamente ao investimento. A nota justificativa é o que é e o importante é o que vem referido nos artigos sétimo e

oitavo. É isso que vai valer, a nota justificativa cai a partir do momento que é aprovado o Regulamento. A nota justificativa é um documento de suporte e explicativo, apenas isso. Aqui o objeto de aprovação é o Regulamento. O importante é os critérios: a ponderação de 40% para os postos de trabalho; os 30% para o investimento, 20% para tempo de implementação do projeto e 10% para empresa sediada. Depois de atribuída esta classificação, em função desta fórmula, vai-se ao artigo oitavo, número quatro, e os benefícios serão concedidos de acordo com essa classificação. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o ponto três da ordem de trabalho tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 14 de junho de 2017. -----

----- **PONTO QUATRO: CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) DOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES DO MUNICÍPIO DE AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – CPI_001/2017 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e referiu que este é um processo muito similar a um que já veio à Assembleia Municipal em dois mil e quinze, cujo contrato entrou em vigor em dezembro desse ano e decorrerá até dezembro de dois mil e dezassete. Neste caso o objetivo é o mesmo, ou seja, conseguir através da quantidade da energia um preço do KW mais baixo. Só no final deste ano é que realmente, o contrato que se está a executar, terminará. Com este contrato está-se com uma tarifa estável e o preço da energia tem vindo a subir e atualmente, relativamente aos preços de referência, está-se a pagar um preço ao KW mais baixo, especialmente na parte das horas de vazio que é onde se encontram os maiores gastos. A iluminação pública representa quase 70% do consumo. Quando às vezes referem que há aumentos de 3% referem-se às tarefas simples mas nas horas de vazio aumentam 10/12/14% que é um dos grandes problemas e depois terá de se ajustar, e há formas de ajuste, mas terá de ser no mapa do tarifário. No concurso de dois mil e dezasseis dois mil e dezassete havia uma estimativa de oitocentos e noventa e dois mil euros /ano e, depois com o preço do KW que se obteve em concurso passou para setecentos e sessenta e sete mil oitocentos e onze, que é o que se está a executar e que foi aprovado nesta Assembleia e que está a decorrer de acordo com o previsto. Para este concurso o que vai acontecer, com as alterações todas inerentes à situação da energia, a estimativa é de setecentos e cinquenta e três mil euros, para Vagos, portanto, já se tem valores mais baixos. Como é óbvio foram feitos bastantes ajustamentos, mesmo depois do contrato

reserva-se o direito e tem sido feito um trabalho de alguns ajustamentos para se conseguir limitar os sucessivos aumentos tarifários. A Câmara Municipal tem de fazer, e a Câmara Municipal tem contrato com trezentos e muitos, tudo o que estiver ao seu alcance para evitar que o preço dispare, ou seja, que os custos finais não subam muito. A nível da CIRA foi discutido algumas pequenas alterações que foram feitas tendo sido uma delas uma simplificação que se fez no caderno de encargos onde dizia que se tinha na altura uma exigência de UBL. Isto são ficheiros que a EDP envia para a Câmara para serem integrados no sistema de contabilidade. Só que os Municípios não estão preparados para fazerem esta integração, os da CIRA nenhum está preparado para isso, e como isto decorre de uma exigência legal foi decidido não colocar isso no caderno de encargos, porque isso limitava o número de concorrentes. Neste momento Vagos já tem as instalações todas no mercado generalizado. Com este novo contrato o objetivo continua a ser o preço por KW mais baixo. Entretanto, havia aqui a questão do contrato ser por um, dois ou três anos. Essa discussão foi tida a nível da CIRA e chegou-se à conclusão que um ano é inviável, porque desse modo estaria aqui todos os anos a preparar contratos, isto é, assinava-se um e já se estava a aprovar outro. Este é um concurso internacional e este é um contrato para entrar em vigor no início do próximo ano e por isso é que se tem de começar desde já. Para ser por três anos o fornecedor, ou os fornecedores, da energia também teriam de assumir mais riscos. Por isso, os dois anos foi um período que todos entenderam que seria de manter. Em sede de CIRA pensou-se também noutra forma de fazer isto, ou seja, comprar energia num mercado indexado, um género de compra em Bolsa. O contrato era feito dessa forma, tendo uma fórmula com o resultado final. Mas no momento, por exemplo trimestralmente, antes do fecho do trimestre, cinco dias antes ter-se-ia de fechar o valor que iria ser para o próximo trimestre, ou seja, teria de se ir a Bolsa ver o valor que estava e fechava-se o valor e era aquele valor para o próximo trimestre, ou eventualmente fechá-lo até ao fim do contrato. Só que isso implicava o seguinte: fechava-se agora um trimestre, a energia disparava quem é que assumia depois essa responsabilidade? E mesmo este fecho teria, com certeza, de ir às Assembleias Municipais, teria de ir à CIRA, porque não era Vagos que se iria responsabilizar por dar a ordem de fecho de compra da energia neste momento para todos os Municípios da CIRA. Por este problema, e por outros mais pequenos, optou-se por esta forma por se considerar a mais viável. Para todos os Municípios e a nível de CIRA era extremamente complicado fazer o concurso desta maneira. Os valores totais do concurso atualmente, para os dez Municípios e a CIRA, é de dez milhões e setecentos mil euros por ano, para três mil e cem instalações no total. O Município de Águeda, desta vez, não ficou, embora o pretendesse fazer, mas com determinadas condições, o que não foi viável. Em Vagos são trezentas e onze instalações, num valor de setecentos e cinquenta e três mil euros de valores estimado ano, depois este valor é o estimado com os valores de referência atuais do KW e se houver um preço mais baixo basta inserir os novos valores que vierem do concurso e já se sabe quais são os valores com que se terá de ter para executar o orçamento, o pagamento da energia ao longo dos dois anos. ----
----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto quatro à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO CINCO: PDM – ALTERAÇÃO – REGIME DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO).** -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé informou os membros da Assembleia Municipal de que este ponto é retirado da ordem de trabalhos, uma vez que a sua publicação em Diário da República não foi feita em tempo útil. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público não houve qualquer intervenção. -----

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O presidente,** _____.